



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 591/2013

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.008911/2012-71 (0010888-84.2010.403.6102)

ORIGEM: PRM/RIBEIRÃO PRETO/SP

PROCURADOR OFICIANTE: CARLOS ROBERTO DIOGO GARCIA

RELATOR: OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

INQUÉRITO POLICIAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO INDIRETO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62-IV). PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA INDEFERIDO. POSSÍVEL CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE (ART. 19 DA LEI N. 7.492/86). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/86, consistente na obtenção fraudulenta de financiamento destinado à aquisição de um automóvel.
2. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de competência sob o argumento de que o crime a ser investigado no presente inquérito seria de estelionato, e não de crime contra o sistema financeiro nacional.
3. Verifica-se que, no caso, o contrato de mútuo fora celebrado com finalidade certa, consistente na aquisição de um automóvel, fato que se amolda no conceito de financiamento, e não no de empréstimo, uma vez que este não exige qualquer destinação específica.
4. Desse modo, a conduta narrada nos autos caracteriza possível crime contra o sistema financeiro nacional (art. 19 da Lei 7.492/86), e não de estelionato (art. 171 do CP), motivo pelo qual compete à Justiça Federal processar e julgar o caso. Precedentes 2ª CCR.
5. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal perante a Justiça Federal.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime contra o sistema financeiro nacional previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/86, consistente na obtenção fraudulenta de financiamento de um veículo VW/GOLF, PLACA DUS/0511, por meio de contrato de financiamento, com reserva de gravame sobre o veículo em favor do BANCO BMG S/A.

O representante ministerial entendeu pela incompetência da Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito. Por sua vez, o MM. Juiz Federal, Augusto Martinez Perez discordou do declínio, no sentido de que a obtenção de financiamento mediante fraude ou estelionato é de competência da Justiça Federal.

Na sequência, foram os autos a 2ª CCR para o exercício de sua

função revisional.

Esse foi o breve relatório.

Entendo que não assiste razão ao procurador da República oficiante pelos fundamentos a seguir esposados.

Conforme estabelece o Ofício Circular n. 1.273/1987 do Banco Central do Brasil, no item 1.6.1.2, a distinção entre empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Os financiamentos são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os financiamentos de parques industriais, máquinas e equipamentos, bens de consumo durável, rurais e imobiliários.

Os empréstimos são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes.

Verifica-se, então, que **empréstimo** é gênero do qual o **financiamento** é espécie. A diferença entre ambos reside, justamente, nas características de vinculação e de destinação específica que existem no financiamento, enquanto que, no empréstimo, os recursos são de livre disposição do contratante.

Nesse mesmo sentido, confira-se o seguinte acórdão do Superior Tribunal de Justiça:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MEDIANTE FRAUDE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Na esteira de julgados da Terceira Seção desta Corte, o tipo penal do art. 19 da Lei 7.492/86 exige para o financiamento vinculação certa, distinguindo-se do empréstimo que possui destinação livre.

2. No caso, conforme apurado, **os contratos celebrados mediante fraude envolviam valores com finalidade certa, qual seja a aquisição de veículos automotores. A conduta em apreço, ao menos em tese, se subsume ao tipo previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86, que, a teor do art. 26 do mencionado diploma, deverá ser processado perante a Justiça Federal.**

3. Conflito de competência conhecido para determinar competente o suscitado, Juízo Federal da 2ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo. (CC nº 112.244-SP, 3ª Seção do STJ, 2010)

Desse modo, a obtenção mediante fraude de qualquer tipo de

empréstimo com destinação específica e vinculada – com recursos públicos ou não, concedidos por instituições públicas ou privadas – configura o crime previsto no art. 19 da Lei n. Lei 7.492/86.

Em **18/05/2012**, por meio da recente decisão proferida nos autos do Conflito de Competência n. 121.224/SC, relatada pelo Ministro Sebastião Reis Júnior, o Superior Tribunal de Justiça reafirmou tal posicionamento, conforme se vê nos seguintes trechos do julgado:

[...] Ora, o inquérito policial foi instaurado com o escopo de investigar suposta fraude para obtenção de recurso junto ao banco Bradesco. **O contrato, conforme apurado, tinha destinação específica, pois o montante concedido pela instituição financeira estava vinculado à aquisição de um veículo automotor [...]**

Assim, não há dúvida de que a fraude recaiu sob típico contrato de financiamento, nos termos do item n. 1.6.1.2 da Circular n. 1.273/1987 do Banco Central do Brasil, in verbis: *Os financiamentos são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos.*

No ponto, observou o parecerista (Subprocurador-Geral da República Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos) – fls. 367/368 (grifo nosso): *“Segundo informa o parecer do órgão ministerial atuante junto ao juízo suscitado (e-STJ fls. 341-344), o crédito obtido foi destinado diretamente à conta do suposto revendedor do veículo (“pessoa jurídica José Francisco da Silva Filho ME”), nome esse também falso, forjado pelos ora interessados.*

Tal circunstância, implicitamente, denota a “comprovação da aplicação dos recursos”, aludida pela Circular n. 1.273/87 do BACEN, pois, aos olhos da instituição financeira, o montante foi creditado não ao adquirente do bem, mas sim ao revendedor do veículo, fato que deixa comprovado que o recurso disponibilizado pelo banco tinha o preciso objetivo de financeira bem definido. Afinal, se se tratasse realmente de modalidade de crédito direto ao consumidor, o valor deveria ser diretamente depositado na conta do comprador do veículo, que poderia dispor do numerário da como bem entendesse.

11. Além disso, também contraditando o detalhado parecer do MPF (e-STJ fls. 341/344), não há como desprezar o fato de que o bem esteja discriminado no contrato como veículo “marca KIA, placa (...)” e que a instituição financeira está autorizada a, em caso de inadimplemento, haver o bem para si. Tais condições, como é sabido, influenciam diretamente no valor de crédito possível, bem como nas taxas de juros e demais tarifas, em regra, menores do que as usualmente contratadas na modalidade Crédito Direto ao Consumidor. (...)

Com efeito, incidindo a fraude perpetrada sob contrato de financiamento bancário, fica caracterizado, em tese, o tipo penal do art. 19, caput, da Lei n. 7.492/1986 e, portanto, evidenciada a competência da Justiça Federal para o conhecimento da matéria, nos termos do art. 26 do referido diploma legal:

“Art. 26. A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.”

[...] Ante o exposto, acolhendo o parecer e à vista dos precedentes,

conheço do conflito para declarar a competência do Juízo Federal da 1ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Santa Catarina [...] (Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, 18/05/2012)

Da análise do julgado acima, verifica-se a total correspondência entre as características do financiamento constante dos presentes autos e do constante daquele inquérito policial, uma vez que ambos foram concedidos exclusivamente para aquisição de um veículo, com valor correspondente depositado diretamente na conta do revendedor do bem e com o automóvel gravado como garantia do contrato de financiamento.

Isso significa que, ao contrário o Procurador da República oficiante – com a devida vênia do seu entendimento –, não se trata de um caso de simples crédito direto ao consumidor, pois, se assim o fosse, **os recursos deveriam ser diretamente depositado na conta do comprador do veículo, que poderia dispor do numerário da como bem entendesse.**

Com essas considerações, voto pela designação de outro membro para dar prosseguimento à persecução penal perante a Justiça Federal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, para cumprimento. Cientifiquem-se, por cópia, o membro oficiante e o juízo da 4ª Vara da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP.

Brasília, DF de 2013.

Oswaldo José Barbosa Silva
Subprocurador-Geral da República
Titular – 2ª CCR/MPF